

COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. Leonardo Monteiro e Outros)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as privatizações propostas pelo Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater as privatizações propostas pelo Governo Federal.

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

Ministério de Minas e Energia;

Secretaria Especial do Programa de Parceiras de Investimentos do Governo Federal;

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – *CONDSEF*;

CSP – Conlutas;

Intersindical Central da Classe Trabalhadora;

Central Única dos Trabalhadores – CUT;

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região;

Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro;

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro - SINDPETRO – RJ;

Associação dos Empregados da Eletrobrás;

Federação Única dos Petroleiros – FUP;

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB;

Federação Nacional dos Portuários - FNP;

Sindicato Nacional dos Moedeiros;

Associação dos Guardas Portuários do Rio de Janeiro;

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal vem ampliando de forma enérgica medidas entreguistas que comprometem sob maneira a soberania nacional. Empresas públicas ligadas aos setores de energia, transporte, portos e aeroportos estão na mira da política de enfraquecimento do Estado brasileiro.

No momento em que o Governo Central anuncia um déficit fiscal de mais de 150 bilhões devido às políticas de austeridades que apresentam resultados ineficientes como o aumento do número de desempregados, diminuição dos investimentos não se pode cogitar sequer como solução seja a entrega das estatais brasileira. Isso chega a ser um contrassenso. Empresas como a Eletrobrás que garantem a eficiência energética brasileira não pode ficar sob o domínio do mercado especulativo.

As empresas públicas tem um papel socioeconômico fundamental para o desenvolvimento nacional, papel este, que transcende a relação mercadológica vivida pela iniciativa privada. Momentos de fragilidade econômica não podem servir para o enfraquecimento e entrega das nossas instituições.

Informações dão conta que o Poder Executivo apresentará uma carteira com mais de 58 projetos que serão incorporados ao Programa de Parcerias e Investimentos, essas incorporações nada mais é do que a privatização de empresas públicas^[1].

No último dia 23 de agosto de 2017^[2] o governo anunciou entre outras a privatização da Casa da Moeda do Brasil (CMB) que é uma empresa estatal fundada em 8 de março de 1694.

Seu corpo técnico é formado por profissionais altamente qualificados e reconhecidos mundialmente. Privatizar a Casa da Moeda do Brasil é simplesmente renegar o patrimônio histórico e abrir mão da segurança Nacional, entregando a terceiros a responsabilidade de fabricar cédulas nacionais e demais serviços de segurança.

Diante do exposto, conto com os nobres pares para aprovar a Audiência Pública que debaterá as privatizações propostas pelo Governo Federal.

Sala das Comissões, em de de 2017.

Deputado Federal
